Secretária do Meio Ambiente explica atuação em prol dos animais

Cristina Vargas
crisitna@diariodosudoeste.com.br

ASSESSORIA/CMPB



A secretária do Meio Ambiente de Pato Branco Keli Starck e o médico veterinário Fabiano Silva

A secretária municipal do Meio Ambiente de Pato Branco, Keli Starck, participou da sessão da Câmara na quarta-feira (2), para falar sobre a causa animal, castramóvel, disque denúncia, casa de passagem e a Associação Lima de Proteção aos Animais (Alpa).

Keli foi convidada pelos vereadores Eduardo Albani Dala Costa (MDB), Romulo Faggion (PSL) e Thania Maria Caminski Gehlen (DEM). A secretária foi acompanhada pelo médico veterinário da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Fabiano Silva.

De acordo com a secretária, foi solicitada revisão do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), através de ofício enviado ao Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA), do Ministério Público, em 7 de maio. Houve uma reunião com a promotora Ivana Ostapiv Rigailo em 19 de maio, e no dia 25 foi assinado novo TAC.

Castrações

Durante a sessão foi apresentado que a licitação para castrações venceu em 20 de dezembro de 2020 e não foi renovada, e que a licitação atual contempla 1.100 castrações e o atendimento de 900 casos de urgência e emergência. O valor previsto é de R$ 1,1 milhão.

Os beneficiários do programa de castração serão os animais que pertencem a tutores de baixa renda, inscritos no programa CadÚnico do governo Federal, animais que foram adotados nas feiras de adoção de cães e gatos promovidas pelo Município e animais doados através de ONGs e associações de protetores, formalmente constituídas.

Sobre o Castramóvel, Fabiano explicou que se trata de um veículo trailer, que permite a mobilidade do atendimento, mas que para isso ocorrer precisa ser equipado, pois o objetivo é ser uma clínica móvel.

Disque Denúncia

O médio veterinário destacou que a melhor forma de denunciar situações de abandono ou maus tratos aos animais é através do Disque Denúncia 156, já que os acionamentos ficam registrados e a Secretaria tem como dar um retorno aos denunciantes.

Casa de passagem

Em relação à casa de passagem, Fabiano explicou que o novo TAC fez adequações ao projeto conforme a legislação. A ideia é que a casa funcione junto a unidade de isolamento de zoonoses, que funciona junto ao aterro sanitário, pois precisa ser construída em zoneamento rural e poderão ser utilizados os mesmos profissionais que já atuam na unidade, além de facilitar os trâmites para ter a licença ambiental, emitida pelo Instituto Água e Terra (IAT).

Alpa

Sobre a Associação Lima de Proteção aos Animais (Alpa), Fabiano explicou que há um termo de fomento firmado através de contrato desde 28 de dezembro de 2017, renovado anualmente, e que está em vigência até 28 de dezembro de 2021.

As metas desse contrato são o atendimento aos animais abandonados ou em situação de maus tratos, atendimento veterinário aos animais da entidade e a participação em feiras de adoção.

O médico veterinário também foi questionado sobre o censo animal que estava sendo realizado em Pato Branco. Ele revelou que o censo foi dado por encerrado na gestão passada, porém no seu entendimento deve ser refeito, pois há muitas divergências nas informações.

Veneno

Também na quarta-feira (2), a vereadora Thania Maria Caminski Gehlen (DEM) protocolou o Projeto de Lei nº 101/2021, que dispõe sobre a comercialização, venda e distribuição de veneno no município de Pato Branco, e dá outras providências.

Segundo o PL proposto, fica vedada a comercialização, venda e distribuição de agrotóxico pertencente ao grupo químico dos organosfosforados e carbamatos, mais conhecido como "chumbinho", que produzem risco à vida humana e animal, em todos os estabelecimentos comerciais do município de Pato Branco.

"A venda de agrotóxicos e afins será feita por meio de receituário próprio, prescrito por profissionais legalmente habilitados, nos termos do art. 13 da Lei Federal nº 7.802/89, e em estabelecimentos que têm por finalidade precípua a comercialização de produtos agropecuários, devidamente credenciados e autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). As penalidades administrativas serão aplicadas aos estabelecimentos infratores a critério do Poder Executivo, não eximindo o infrator de eventual responsabilização civil e criminal", enfatiza a proposta.

Uma das justificativas é que se trata de agrotóxico pertencente ao grupo químico responsável por milhares de envenenamentos e mortes de pessoas, animais domésticos e silvestres, além da contaminação do solo, de alimentos, rios e lençóis freáticos.

"Sabe-se que esse tipo de agrotóxico de alto teor foi criado para combater as pragas nas plantações, porém a finalidade acabou sendo desvirtuada com o objetivo de ser usado como raticida. Atualmente tem-se conhecimento que o chumbinho tem sido comercializado normalmente no município, entretanto, por tratar-se de veneno altamente perigoso, e por não possuir registro e nem rótulo contendo orientações quanto ao seu manuseio e segurança, informações médicas, telefones de emergência e a descrição do agente ativo bem como antídotos em caso de envenenamento, deve ser proibida sua comercialização", aponta o PL.

A vereadora acrescentou ainda que "segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o 'chumbinho' é um produto comercial, sem registro oficial como raticida, sendo vendido ilegalmente nos comércios e, portanto, não deveria ser utilizado sob nenhuma circunstância".

Comitê de enfrentamento à covid-19 avalia o aumento de casos no município

Aline Vezoli*
redacao@diariodosudoeste.com.br

Após a reunião realizada pelo Comitê de Enfrentamento à Covid-19 na quarta-feira (2), no Largo da Liberdade, o médico Felipe Balen, que coordena a UPA 24 horas, afirmou que o fluxo de atendimentos está no limite, gerando maior demanda de profissionais da saúde, que já estão escassos na região.

Balen comenta que não há técnicos de enfermagem disponíveis para serem contratados no momento, "abrimos processo seletivo para técnicos duas vezes, chamamos todos que estavam dispostos a trabalhar na linha de frente, agora convocaremos 30 profissionais da enfermagem para desafogar o fluxo. Ainda não é o ideal, mas também não está tão ruim".

O médico conta que a situação do município é preocupante, já que está na sétima semana consecutiva de aumento no número de casos. Há muitos pacientes graves precisando de atendimento diariamente, a UPA está com 100% da estrutura utilizada, e a unidade sentinela do Novo Horizonte atende de entre 150 a 200 pacientes por dia. "É uma situação muito complicada, precisamos enviar pacientes para outros municípios porque é difícil conseguir leitos disponíveis de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), e no momento não temos profissionais suficientes para abrir uma nova estrutura".

Outra questão comentada por ele é o número de pacientes aguardando leitos de UTI, "na terça, 14 pacientes precisavam de leitos, oito pessoas já estavam intubadas e alguns estavam em leitos semi-intensivos, a média diária fica sempre em 15 pacientes aguardando os leitos de UTI".

A falta de profissionais foi uma questão levantada também pela secretária de Saúde de Pato Branco, Lilian Brandalise, que comentou os casos de profissionais infectados pela covid-19 e que precisaram passar um período afastados de suas funções. "Chamamos mais profissionais do processo seletivo para compor as equipes, enfrentamos bastante problemas por falta de gente nos últimos dias, mas estamos conseguindo recompor, nos esforçamos para não deixar as pessoas sem atendimento".

Unidades de atendimento

Segundo Lilian, a unidade localizada no bairro Novo Horizonte passará por reestruturação, para ser retaguarda da UPA 24 horas, na questão de atendimentos e leitos, com suporte de atendimento avançado. Ainda será feito uma nova unidade próxima desse local, "conversamos com a associação de moradores do bairro, que vai nos ceder um espaço para um ambulatório".

Também será construído uma sala de triagem ao lado da UPA, para tirar o fluxo intenso de pessoas de dentro do local. "Permitiremos assim um maior conforto aos pacientes e para a equipe que ali trabalha", afirmou.

A secretária comentou que há possibilidade de chamar voluntários da área de saúde para ajudar na linha de frente, mas que esse é um assunto ainda sendo estudado pelo Munícipio, "não tivemos tempo para organizar isso, sabemos que tem muitos profissionais interessados, mas para trabalhar na UPA é preciso um treinamento especifico, estamos pensando melhor na possibilidade".

***Com supervisão de Marcilei Rossi**